

O heartland sul-americano - a importância geopolítica da Bolívia para a América do Sul

The South American Heartland - the
geopolitical importance of Bolivia to South
America

Bernardo Salgado Rodrigues | bernardo.rodrigues@pepi.ie.ufrj.br
Mestrando em Economia Política Internacional do PEPI-UFRJ.

Recebimento do artigo Março de 2013 | **Aceite** Maio de 2013

Resumo Desde a sua colonização, formação e consolidação como nação, a Bolívia e os demais países sul-americanos se apresentam no sistema interestatal capitalista como apêndices geopolíticos dos centros de poder mundiais através da extração dos seus recursos naturais sem um retorno socioeconômico. A importância geopolítica da Bolívia na América do Sul é retratada por diversos estudiosos que corroboram a importância do seu papel como elemento integrador e único no contexto da região. Desta forma, o presente artigo realizará uma sistematização geopolítica e uma análise dos recursos naturais bolivianos a fim de ensejar uma reversão das relações históricas de dependência e subordinação. Busca-se afirmar que a soberania econômica e política alinhada com a intensificação dos processos de integração regional se apresentam como elementos fundamentais para uma aceleração da modificação do status da América do Sul no cenário internacional. **Palavras-chave** Bolívia; América do Sul; geopolítica; recursos naturais.

Abstract Since its settlement, formation and consolidation as a nation, Bolivia and other South American countries are presented in the capitalist interstate system as geopolitical appendices of the centers of global power through the extraction of natural resources without a socioeconomic return. The geopolitical significance of Bolivia in South America is portrayed by many scholars who support the importance of their role as integrator and unique in the context of the region. Thus, this article will hold a geopolitical systematization and analysis of Bolivian natural resources in order to give rise to a reversal of the historical relations of dependence and subordination. It seeks to claim that economic and political sovereignty aligned with the intensification of the regional integration processes presented as fundamental elements to accelerate a modification of the status of South America in the international arena. **Key-words** Bolivia, South America, geopolitical, natural resources.

1. Introdução

“América era, por entonces, una vasta bocamina centrada, sobre todo, en Potosí. Algunos escritores bolivianos, inflamados de excesivo entusiasmo, afirman que en tres siglos España recibió suficiente metal de Potosí como para tender un puente de plata desde la cumbre del cerro hasta la puerta del palacio real al otro lado del océano. (...) Los metales arrebatados a los nuevos dominios coloniales estimularon el desarrollo económico europeo y hasta puede decirse que lo hicieron posible.” (GALEANO, 2010, p.40)

Desde seu “descobrimento”, formação e inserção no sistema mundial capitalista, a América se apresenta de forma subordinada aos centros de poder mundial. Ao longo de sua história, desde a época da colonização até o início do século XXI, a dependência contínua em relação aos centros de poder fez com que as riquezas aqui presentes ensejassem o desenvolvimento do capitalismo mundial, com a concentração internacional da riqueza para benefício externo, em detrimento do desenvolvimento das colônias e das economias nacionais recém formadas no período pós-independência.

A Bolívia, neste contexto, se apresenta como um caso especial, uma vez que grande parte da prata que impulsionou a acumulação primitiva de capital das economias europeias fora extraída desse que hoje é um dos países mais pobres do mundo. Este e outros paradoxos eminentes são explicados em termos históricos conjuntamente com características econômicas, políticas, culturais e geopolíticas.

Assim, a retomada de um estudo geopolítico voltado para a ação política estratégica na região vai de encontro com o estudo sistemático da geopolítica boliviana devido a sua localização no continente, recursos naturais que possui em seu território e sua importância para uma integração física e energética.

Desta maneira, o intento deste artigo é buscar situar a importância geopolítica da Bolívia num contexto da América do Sul, destacando seu papel para que seja viável uma inserção regional e mundial a partir de suas potencialidades e particularidades. Assim, realizar-se-á um estudo da análise geopolítica clássica no que se relaciona com o contexto boliviano histórico e da atualidade. Após, um estudo acerca da geopolítica dos recursos naturais será ressaltado como referência exemplificativa da importância e do potencial que esse pequeno país enclausurado no centro do continente possui para a integração física, energética, política e econômica na região, tornando possível a viabilidade de um novo modelo de inserção internacional da América do Sul no sistema interestatal capitalista.

2. Geopolítica boliviana

2.1 - Geopolítica clássica

A geopolítica, como uma ciência não neutra, possui influência direta nas ações do Estado a partir de políticas públicas de caráter estratégico na relação entre espaço e poder de um espaço nacional ou regional, assim como suas relações com o exterior. A análise geopolítica em si aborda diferentes escalas geográficas – no plano nacional, regional e mundial – e diferentes temáticas específicas, onde o espaço geográfico tem que ser pensado além de seu valor econômico, mas também político, estratégico

e cultural. O desenvolvimento tecnológico também altera o valor político e econômico de determinados espaços geográficos, a partir de novas fontes de recursos ou novos modos de produção, no qual a questão da democracia também afeta os interesses geoestratégicos do Estado, uma vez que qualquer ação precisa de um debate e diálogo a priori. A geografia de um Estado, portanto, influencia na sua política interna e externa, devendo ser analisada e interpretada a partir de cada caso particular.

No que tange o seu espaço, compreendido na sua forma, tamanho, fronteiras e conteúdo, a Bolívia apresenta um caráter muito particular se comparada aos outros países da América do Sul. O ocidente da Bolívia está situado na cordilheira dos Andes, com o pico mais elevado, o Nevado Sajama, que chega aos 6.542 metros. O centro do país é formado por um planalto, o Altiplano, onde vive a maioria dos bolivianos. O leste do país, compreendendo três quintos do território boliviano, é formado por baixas planícies de muitos rios e grandes pântanos, assim como a floresta úmida da Amazônia. No extremo sul, localiza-se o Chaco boliviano, pantanoso na estação chuvosa e semi-desértico nos meses de seca. A nordeste da bacia do Titicaca, visualizam-se montanhas extremamente altas de 3.000 a 6.500 metros. No sudoeste do país, no departamento de Potosi, encontra-se o Salar de Uyuni, o maior deserto de sal do mundo, e com grandes reservas de lítio.

Quanto a sua posição relativa, se encontra encravada no continente sul-americano, fazendo fronteira com cinco países da região, a norte e leste com o Brasil, a noroeste com o Peru, a sudoeste com o Chile, ao sul com a Argentina e a sudeste com o Paraguai que, junto com a Bolívia, são os dois únicos países das Américas que não possuem saída para o mar. Possui como vizinhos fronteiriços os dois maiores pólos de poder regionais, Brasil e Argentina e, uma vez que se localiza numa região central do continente, possui influência nas rotas comerciais intra e extra regionais.

A análise geopolítica boliviana é importante uma vez que, como afirmou Mackinder em seus clássicos trabalhos “The Geographical Pivot of History” (1904) e “Heartland” (1919) (MELLO, 1999, p.45), a ideia de Heartland para se falar de uma área mediterrânea central que daria ao Estado que a domina a capacidade de mobilidade e projeção em todas as direções da Eurásia (além de possuir grande quantidade e variedade de recursos naturais), ao mesmo tempo em que consiste numa fortaleza natural, é similar ao caso boliviano, que possui uma área mediterrânea central que pode ser considerada uma fortaleza natural – com um altiplano entre duas cordilheiras – uma plataforma de projeção para todas as direções e, ao mesmo tempo, sujeita a sofrer ameaças desde todos os lados.

Dentre as visões geopolíticas clássicas que podem ser interpretadas num contexto boliviano, segundo Mário Travassos (1947 apud FREITAS, 2004, pp.17-19), exatamente no território da Bolívia ocorria uma série de “antagonismos geográficos com resultantes geopolíticas” relacionados com a sua localização em relação aos três grandes acidentes geológicos da América do Sul: a Cordilheira dos Andes, que divide o continente a leste e a oeste, e as Bacias Amazônica e do Prata, que condicionam uma divisão norte-sul.

De acordo com essa visão, é no território boliviano que se unem as “vertentes” do Oceano Pacífico e do Oceano Atlântico e que se tocam as duas principais bacias hidrográficas da região. A Bolívia seria, portanto, o único país da América do Sul a ocupar simultaneamente ou exercer projeção sobre todos esses quatro espaços. As tensões sobre o território boliviano estavam concentradas na área situada entre as cidades de Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba e Sucre. Existia entre essas cidades um “triângulo estratégico”, que incluía as importantes cidades mineradoras de Oruro e Potosí. Justamente nesta zona, de acordo com Travassos, se confrontavam abertamente os interesses do Brasil (“influências amazônicas”)

e da Argentina (“influências platinas”) pela supremacia geopolítica do sub-continente a época.

O conceito de “Heartland sul-americano”, portanto, foi proposto por Lewis Tambs (SEVERO, 2012, p.5-6), adaptando a ideia de Mackinder para a situação da América do Sul e influenciado pelos postulados de Travassos, reconceitualizando-o. Desta maneira, Tambs (1965 apud SEVERO, 2012, p.6) afirma que

a história mostrou a importância dessa região durante os impérios pré-colombianos Aymara e Inca e mais tarde durante a colonização espanhola, quando o altiplano e Charcas eram centros de poder. O Alto Peru permaneceu o centro nervoso do poder espanhol na América do Sul até o final do Império espanhol... O Rimland sul-americano cercou Charcas. Sob a falta de liderança boliviana, o Heartland não teria mais força para agir e foi coagido. Vista como a luta pelo Heartland de Charcas, a história sul-americana dos séculos XIX e XX se torna inteligível (Severo, 2012, p.6).

Assim, “quem controla Santa Cruz comanda Charcas. Quem controla Charcas comanda o Heartland. Quem controla o Heartland comanda a América do Sul” (SEVERO, 2012, p.6), em uma clara referência ao Heartland original de Mackinder.

1 - O Heartland da América do Sul e as macro regiões do continente



Fonte: Oliveira e García (2010)

Ao longo do século XX e início do século XXI, diversos trabalhos foram realizados reafirmando a importância estratégica do território boliviano. O general brasileiro Golbery do Couto e Silva (1981) apresentou a ideia de que na configuração geopolítica da América do Sul existiam cinco áreas continentais.

No caso boliviano, o mais pertinente é fazer referência à “área geopolítica continental de soldadura”, integrada pelo Paraguai, a Bolívia e os estados brasileiros de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, como apresentado no mapa abaixo.

2 - Delimitação da “Área Continental de Soldadura” de Couto e Silva



Fonte: Oliveira e García (2010)

O boliviano Alberto Ostria Gutierrez já havia falado em termos muito parecidos e inclusive utilizado a expressão “soldadura” (1946 apud SEVERO, 2012, p. 7), afirmando que

situada en el centro de la América Meridional, cabecera de los tres grandes sistemas hidrográficos – Amazonas, Plata y Pacífico – nexos entre dos océanos, límite de cinco naciones, obligado paso de norte a sur y de este a oeste, la geografía impone a Bolivia, no una función aisladora y de aislamiento, sino de atracción, de articulación, de unión, de soldadura entre los países que le rodean. (SEVERO, 2012, p. 7)

Já o general Pinochet (1978) bastante influenciado pelas ideias de Golbery, descreve a região não como uma área que implicaria num isolamento da América do Sul, e sim como um espaço de atração e soldadura, podendo ser comparada a um imã que agregaria as demais peças do conjunto; no caso da Bo-

lívica, um país de extrema importância que serviria como uma espécie de “campo magnético” dos demais países sul-americanos.

Por sua vez, Pfrimer e Roseira consideram que

a influência dos discursos geopolíticos brasileiro e argentino, principalmente no que concerne o conceito de triângulo estratégico boliviano, sobre suas políticas territoriais, acabou ao longo dessa disputa materializando em solo boliviano um triângulo. Não aquele representado por Travassos, uma vez que Sucre deixou de ser a capital política do país e tem perdido cada vez mais sua importância econômica. Ademais, a expansão econômica de Tarija, após a descoberta das importantes reservas de gás e petróleo, a colocou como um dos quatro principais centros urbanos do país. Essa área com o formato triangular é constituída por uma rede urbana de três cidades principais: Santa Cruz, Cochabamba e Tarija. Envoltos e bem articulados a esses centros urbanos principais há ainda centros secundários como Potosi, Oruro, Sucre e Yacuiba... Esse novo arranjo territorial detém aproximadamente 60% do Produto Interno Boliviano, quase metade da população boliviana e 98 % e 99,2% das reservas provadas de gás e petróleo na Bolívia, respectivamente. (PFRIMER, ROSEIRA, 2009, pp.12-15)

O geopolítico boliviano Alipio Valencia Vega (2011, p.55 apud SEVERO, 2012, p. 6) afirma que

la vastedad territorial de Bolivia, abarcando cuatro regiones tan distintas entre sí y, sobre todo, separadas de otras por accidentes geográficos poderosos, sólo podría mantenerse a condición de que la acción humana de los escasos pobladores de dicho territorio se orientara prácticamente y sin descanso, desde el primer día de la independencia, al aprovechamiento efectivo de los principales recursos económicos de esas regiones y a la superación de los obstáculos geográficos, mediante la apertura de vías de penetración de unas regiones sobre otras. Si no se operaba esta acción, los centros nerviosos del país siempre estarían sumamente lejanos de la periferia de las fronteras (SEVERO, 2012, p.6).

Logo, alguns autores expandiram os “limites originais” do Heartland sul-americano como fruto das descobertas de maiores riquezas, agregando o norte da Argentina, o Paraguai e a região centro-oeste brasileira, coração continental este rico em rios, gás natural, petróleo, minérios e terras férteis, que passou a ser também identificado como estratégico para a segurança regional e vital para o processo de integração sul-americana.

Em suma, analisando-se a partir da formulação teórica do novo triângulo estratégico sul-americano – Santa Cruz, Cochabamba e Tarija –, ou ainda agregando o Paraguai e o Centro-Oeste do Brasil, a constatação é de que a Bolívia possui um enorme potencial no processo de integração física regional, como a grande “área de soldadura”, como constatou Golbery do Couto e Silva. Segundo Raphael Padula (2011, p.9), esses espaços situados no coração continental, “ao mesmo tempo em que sofrem com o confinamento do interior, lhes auferem enorme potencial para exercer o papel de plataforma de interligação do

comércio regional e bioceânico”.

A grande questão boliviana é a insuficiente utilização destas potencialidades pelo Estado, agente prático em si da geopolítica, que pode vir a agregar valor a novas formulações de políticas públicas nacionais e também regionais.

Logo, as implicações políticas e geopolíticas na Bolívia são importantes não somente para o desenvolvimento socioeconômico do país, mas, concomitantemente, para o desenvolvimento regional sul-americano num plano estratégico, no qual seu entorno deve ser analisado tanto pelos formuladores de políticas públicas nacionais bolivianos como pelos dos seus países vizinhos e instituições que almejem uma integração regional soberana e independente.

2.2 - Geopolíticas dos recursos naturais

A questão da geopolítica dos recursos naturais em território boliviano constitui um fator de longa data, tanto no período da colonização, como no pós-independência, e até hoje acalenta debates e disputas político-econômicas. Segundo Alipio Valencia Vega (2011, p.257 apud SEVERO, 2012, p.10), as perdas territoriais bolivianas possuíam uma influência econômica a partir das riquezas naturais que merece ser destacada.

Las mayores pérdidas territoriales de Bolivia no fueron realizadas por la vía diplomática, sino que fueron consecuencias de diversas guerras o ‘revoluciones’ sostenidas con los países vecinos. Diplomáticamente se perdieron parte del territorio del Litoral [no el propio litoral, sino un pedazo de la provincia del Litoral] cedido a Chile en 1866 y los territorios cedidos a Brasil en el norte y el oriente en 1867, también más tarde el territorio de Bermejo y la Puna de Atacama cedidos a Argentina por el tratado de 1889. Igualmente, la zona de Tambopata al Perú en 1909. Todos los demás territorios, o sea el Litoral sobre el Océano Pacífico, el Acre y el Chaco fueron perdidos como consecuencia de guerras que sostuvo Bolivia con los países vecinos: Chile, el Brasil y el Paraguay. En el fondo de estas guerras que aparecen en sus causas como esencialmente políticas, hay una influencia económica poderosa. Se producen esos conflictos armados por la codicia de la riquezas naturales existentes en los territorios disputados por las armas; riquezas naturales que son materias primas altamente apreciadas en los mercados del mundo. (SEVERO, 2012, p.10)

Historicamente, em raríssimas ocasiões a exploração de recursos naturais na América Latina por potências estrangeiras beneficiou as populações locais de onde tais recursos eram extraídos. Foi assim durante os mais de três séculos em que a região foi colonizada por portugueses e espanhóis, que inundaram a Europa com o ouro e a prata extraído de suas colônias americanas. Desde o século XVI, os metais preciosos da Bolívia haviam sido extraídos durante séculos pelos espanhóis, sem que a riqueza descoberta beneficiasse a população que vivia na colônia. Pelo contrário, em pleno auge do mercantilismo metalista, os recursos naturais andinos foram peças-chave na acumulação primitiva de capitais que viria a possibilitar a Revolução Industrial na Europa. Reza a lenda que seria possível construir uma ponte ligando Potosí a Sevilha apenas utilizando a prata extraída de sua maior mina, o famoso Cerro Rico, até

hoje em funcionamento.

Atualmente, os recursos naturais que se encontram em território boliviano e que apresentam maior destaque internacional são o lítio e o gás, que serão analisados a seguir.

Em sua forma pura, o lítio é um metal macio, de coloração branco-prateada, que se oxida rapidamente no ar ou na água. Quanto às suas aplicações, é utilizado na obtenção de ligas metálicas condutoras de calor (alumínio), no feitura de cerâmicas e lentes (telescópios), na produção de pilhas e baterias elétricas (celulares e notebooks) e até mesmo na medicina, onde seus sais são utilizados em medicamentos para o tratamento de depressão e do transtorno bipolar.

Na década de 50, o governo americano criou um mercado para o lítio quando um isótopo do metal revelou-se útil para a construção de armas termonucleares. Mas a demanda por lítio, que tem propriedades corrosivas, além de tendência à combustão espontânea, manteve-se praticamente inalterada noutras frentes. Esse quadro foi modificado com a proliferação dos telefones celulares e dos computadores portáteis.

Logo, percebe-se que a importância estratégica do lítio – consequência de sua aplicação na indústria de baterias recarregáveis de quase todos os dispositivos eletrônicos portáteis consumidos no mundo, com grande capacidade de armazenamento de energia – é latente. Entretanto, talvez sua aplicação mais importante, sob o ponto de vista tecnológico, seja na produção de uma nova tecnologia de baterias recarregáveis para veículos elétricos: Hebrid Electric Vehicle (HEV). (BRUCKMANN, 2011, p. 247).

Outra vantagem da nova tecnologia de baterias de íon-lítio é sua alta densidade de energia, o que lhe permite maior capacidade de armazenamento de energia por unidade de peso, reduzindo consideravelmente o peso total destas baterias em relação àquelas produzidas a partir de NiCd ou de NiMH. Em 1992, quando se introduziram no mercado as baterias de lítio, estas tinham densidade de energia apenas 10% maior que as baterias de NiMH. Em 2005, a densidade de energia média das baterias de lítio era 80% maior que a das baterias de NiMH. O aumento da densidade de energia das baterias de lítio tem permitido a diminuição constante do peso total destas e, conseqüentemente, a diminuição do peso dos dispositivos portáteis que as usam. No caso dos veículos elétricos híbridos, a alta densidade de energia das baterias de lítio é fundamental. (VIANA, BARROS, CALIXTRE, 2011, p. 219).

Mesmo com os desenvolvimentos tecnológicos no ramo científico do lítio, alguns estudiosos ainda consideram as baterias grandes e pesadas, além da sua reatividade ser outra fonte de problemas. Ainda assim, cientistas vêm abrindo novos caminhos, trabalhando numa bateria “lítio-ar”. Nelas, em vez de ser selado num invólucro, o lítio permanece em contato com o ar, e usa o oxigênio ambiente como catodo, a exemplo do que fazem as baterias de zinco dos aparelhos de audição, tornando a bateria bem mais leve. Há ainda cientistas que vem usando a nanotecnologia para tornar mais densa a superfície do catodo, o que poderá multiplicar o número de reações e aumentar, ao menos em teoria, a potência da bateria.

Neste contexto, ressalta-se que as principais reservas de lítio no mundo encontram-se em regiões de salares, isto é, regiões que há dezenas de milhares de anos eram cobertas por oceanos e, com a formação geológica dos continentes, acabaram secando e formando grandes desertos de sal. O lítio se encontra dissolvido abaixo da grossa crosta, em uma camada de solução impregnada de sal. O fato do lítio ser um mineral que se concentra em região de salares faz com que países como Bolívia, com o Salar de Uyuni, Chile, com o Salar de Atacama, e Argentina, com o Salar del Hombre Muerto, estejam situados entre os maiores detentores mundiais de reservas deste recurso, formando o chamado “triângulo do lítio”, apresentando aproximadamente 92% das reservas mundiais em 2009. (VIANA, BARROS, CALIXTRE, 2011, p. 219)

3 - Triângulo do Lítio na América do Sul



Fonte: elaboração própria, a partir de mapa do site <http://triangulodelitio.com/>

Desde os últimos descobrimentos de grandes jazidas de lítio na Bolívia, cujas reservas comprovadas aumentaram em aproximadamente 100 milhões de toneladas, as reservas mundiais multiplicaram-se em dez vezes e o território boliviano tornou-se a maior reserva do mundo. Isto significa que quase todas as reservas de lítio do planeta estão no continente sul-americano. (BRUCKMANN, 2011, p. 249).

Há controversas quanto às reservas reais em território boliviano; mesmo assim, o papel que a Bolívia possui no que tange a quantidade de reservas comprovadas de lítio no mundo é significativo. Segundo o U.S. Geological Survey – órgão americano de prospecção geológica – o Salar tem 5,5 milhões de toneladas de lítio metálico. Guillermo Roelants du Vivier, que preside o comitê científico encarregado pela gestão do atual presidente boliviano Evo Morales de organizar a exploração dos recursos do Salar, depois de vários estudos, calcula que a cifra correta seja de 100 milhões de toneladas - valor que quadruplicaria o tamanho das reservas mundiais de lítio, segundo suas estimativas. (WRIGHT, 2010)

No que tange a soberania deste recurso que tende a se constituir como fundamental para o desenvolvimento boliviano, em 1990, o presidente Jaime Paz Zamora concordou, a princípio, com um contrato plurianual com a Lithium Corporation of America – atualmente FMC Corporation. O contrato permitiria

à empresa extrair todo o lítio que pudesse, destinando à Bolívia apenas 8% dos lucros. Tal acordo desagradou grande parte da sociedade civil boliviana, que iniciou uma campanha contra o acordo, culminando na transferência das operações da Lithium Corporation para a Argentina.

Em 2005, Morales tornou-se presidente da Bolívia. Uma vez mais os camponeses apresentaram uma proposta para a exploração mineral do Salar. Morales concordou em criar um projeto-piloto para a extração e o processamento do metal. O governo promoveu a nacionalização da extração de recursos minerais em todo o país; logo, para que empresas estrangeiras possam extrair lítio de reservas bolivianas, a nova legislação estabelece que o Estado seja sócio majoritário das companhias interessadas, de modo que este não tenha que abrir mão de sua soberania nacional e, ainda, através da cobrança de royalties e de imposto sobre os lucros, que se possa fomentar o desenvolvimento local das comunidades de onde o lítio será extraído. (Morales apud WRIGHT, 2010)

Na visão de Morales, o Salar “não pode ser um novo Cerro Rico”. Para ele, a Bolívia não pode mais exportar matérias-primas sem se beneficiar do valor agregado auferido pelo mundo industrializado, realizando com que grande parte da cadeia produtiva do lítio e de seus processos posteriores – como produção de baterias – seja realizada no próprio território boliviano. (Morales apud WRIGHT, 2010).

Embora a recusa de Morales com algumas deliberações das empresas multinacionais continue a empolgar seus seguidores, a obsessão do presidente em impedir que o Salar se transforme num novo Cerro Rico também pode impedir que o lítio vire uma fonte de riqueza.

Apesar de a Bolívia ter um oceano de lítio, quantidades substanciais do metal estão disponíveis em outros lugares. Além das grandes jazidas em solução salina nos Andes, no interior da China e no Afeganistão, o lítio pode ser encontrado também numa pedra chamada pegmatita. Além disso, os custos operacionais do lítio boliviano são mais elevados, fazendo com que “la producción de litio en Bolivia sea más cara que en Chile y Argentina porque, en el salar de Uyuni, está mezclado con otros varios minerales, especialmente con potasio, boro y magnesio”. (STROBELE-GREGOR, 2013, p. 76).

Devido à infraestrutura precária da Bolívia, além das impurezas encontradas no Salar, o custo da extração do lítio será significativamente maior do que em outros países.

En su posicionamiento en el mercado internacional, Bolivia se ve confrontada con la competencia de numerosos ofertantes con presencia desde hace mucho tiempo: Chile, con 44%, es actualmente el mayor proveedor; además está en el mercado desde hace más de dos décadas y cuenta con tecnología de punta y las infraestructuras más modernas. Lo siguen Australia (25%), China (13%) y Argentina (12%). Otra desventaja de Bolivia es la falta de tecnologías adecuadas, personal especializado e infraestructura. La estrategia del programa estatal del litio restringe fuertemente la cooperación de empresas privadas nacionales o extranjeras en el campo de las tecnologías y prevé la financiación con fondos propios. Estos escenarios representan, sin duda, enormes desafíos para Bolivia. (STROBELE-GREGOR, 2013, p.77)

Logo, há incertezas acerca do projeto de industrialização do lítio na Bolívia que são destacados por alguns estudiosos, como

dudas sobre la capacidad técnica nacional necesaria y sobre la existencia de suficientes científicos y expertos de peso y con experiencia en la producción de baterías; advertencias sobre los efectos de la alta contaminación ambiental; observaciones sobre los costos y el desarrollo de la tecnología necesaria para tal programa sin cooperación internacional (...) la insuficiente cantidad y calidad de infraestructuras, sobre todo camineras y eléctricas; la crónica inestabilidad política del país, considerada como un importante factor obstaculizador; y un escepticismo general –a escala global– acerca del desarrollo y la difusión en masa de los vehículos eléctricos (STROBELE-GREGOR, 2013, pp.79-80).

No contexto interno na região, as nações vizinhas não compartilham com o pensamento de independência econômica e integração regional que priorize as nações detentoras dos recursos. Acabam assim minando as oportunidades de desenvolvimento sustentável da Bolívia na região, ao oferecer grandes quantidades de lítio às mineradoras estrangeiras a um custo bem mais baixo do que o boliviano, uma vez que a base do modelo de exploração do mineral que vigora no Chile e na Argentina segue os velhos padrões bastante conhecidos do capitalismo, no qual os lucros se acumulam nas mãos dos detentores do capital, enquanto a região explorada é degradada, não se desenvolve e seus trabalhadores vivem na miséria absoluta. (WRIGHT, 2010)

No longo prazo, a nova legislação boliviana poderia trazer prosperidade e desenvolvimento à sua população; entretanto, o que acabou ocorrendo foi uma repetição do que se passou na década de 1990, quando houve uma fuga de capital estrangeiro que recorrentemente migra para melhores oportunidades de exploração oferecidas pelas grandes reservas de lítio localizadas nos vizinhos Chile e Argentina, onde a legislação é mais favorável às empresas estrangeiras, impondo menos exigências quanto ao destino dos lucros obtidos com a exploração do lítio para a população local.

Fato este que vem sendo revertido pelo próprio governo, uma vez que estimula parcerias com governos alinhados sul-americanos e intensifica os investimentos estatais na infraestrutura para o mercado do lítio, seja de pesquisa e desenvolvimento, como infraestrutural, num esforço da Bolívia para tentar explorar sua riqueza litífera processando-a em seu próprio território e beneficiando sua população.

No dia 10 de março de 2010, José Pimentel, o ministro das Minas e Metalurgia, anunciou a criação de uma nova empresa estatal, a Empresa Boliviana de Recursos Evaporíticos, destinada a dedicar especial atenção ao lítio, explorando “todas as alternativas” para obter o oro gris. O investimento inicial estimado do governo foi de 5 milhões de dólares, além de realizar um investimento significativo em P&D, com 5,81% do PIB em 2011.

Em suma, recentemente o governo boliviano ordenou a construção de uma planta para a produção de lítio no Salar de Uyuni, localizado no Departamento de Potosí e no Departamento de Oruro, no sudoeste da Bolívia. Na primeira fase espera-se produzir de 40 a 60 toneladas métricas de cloreto de lítio por ano; em uma segunda fase se produzirá hidróxido de lítio e em uma terceira fase, lítio metálico, que é a matéria prima para a fabricação de baterias recarregáveis. O Estado boliviano assume diretamente a gestão da exploração e produção deste mineral, que inclui pesquisa científica em cooperação com várias instituições do mundo. Ao ser declarado pela constituição como um recurso natural estratégico, o Estado se reserva o direito inalienável sobre este mineral. Em 2011, a Bolívia assinou convênio com a Venezuela que estabelece, entre outros acordos, a cooperação entre os dois países para a produção de bateria de

lítio, o que demonstra a preocupação do governo boliviano com a aceleração do processo de gestão econômica do mineral. (BRUCKMANN, 2011, p. 249) Em 2013, foi acertado um acordo de cooperação energética com o governo da Holanda, pelo qual será desenvolvida uma infraestrutura tecnológica para a instalação de uma fábrica de processamento deste mineral.

A disputa global pelo lítio, devido ao crescimento sustentado e abrupto de sua demanda como consequência de uma inovação tecnológica na produção de baterias recarregáveis modificará o eixo da geopolítica energética mundial colocando a América do Sul no centro do debate, criando possíveis novas tensões geopolíticas na região andina do subcontinente, onde a Bolívia se insere como protagonista nesta nova etapa da geopolítica energética mundial.

Outro recurso natural estratégico para a economia boliviana e com grande quantidade de reservas provadas de suma importância para a região é o gás natural. Cabe ressaltar que, assim como o lítio, o gás natural boliviano é constantemente alvo de disputas políticas e econômicas.

Assim, o gás – com a segunda maior reserva da América do Sul a partir das descobertas na década de 1990 – constitui motivos de muitos imbróglis nacionais e internacionais no território boliviano, sendo o país fortemente dependente da exportação desse recurso. Neste tocante, a apropriação dos recursos naturais por estrangeiros é sempre um tema potencialmente explosivo na Bolívia, sintetizado pela citação de um líder aymara:

É evidente, pois, que caso leve-se adiante este negócio, a Bolívia receberá migalhas como royalties. Por outro lado, enquanto na Califórnia acenderá a cada noite suas luzes de neon com o gás boliviano, aqui no altiplano nossos irmãos seguirão cozinhando seus alimentos com bosta de vaca e de burro, como fazem hoje. Por isso este projeto é inviável, indigno de realizar-se, econômica e politicamente. Primeiro se deve recuperar a propriedade do gás, para daí exportar. (CHAVES, 2009, p.77)

Desde a nacionalização da indústria boliviana de hidrocarbonetos, em 2006, o Estado aumentou sua renda anual em mais de 2 bilhões de dólares. Essa abordagem, embora popular junto à base de apoio do presidente, é considerada imediatista por muitos economistas: as empresas estrangeiras que desenvolveram a exploração dos campos de gás desde a sua descoberta, em 2000, tiveram uma redução dramática nas margens de lucro, o que gerou dúvidas quanto a futuros investimentos. Os vizinhos da Bolívia, enquanto isso, saíram à procura de fontes mais confiáveis de gás natural.

Entretanto, é de vital importância analisar a geopolítica do gás – vista a partir do Estado boliviano, que é considerado um dos mais pobres da América do Sul – para a viabilidade de um desenvolvimento nacional pautado pelo Estado. Sob este prisma, o enfoque de que as remessas de lucro oriundas da gestão das etapas produtivas do gás deveriam ser orientadas à melhoria das condições de vida dos bolivianos deve ser levado em consideração, uma vez que as assimetrias socioeconômicas, tanto com os outros países da região como internas, são muito grandes.

Em suma, pode-se apontar que a Bolívia, ao longo de sua história, apresentou ciclos de exploração de minerais. A começar pela exploração da prata de Potosí, desde o início da colonização. A mineração da prata teve um auge entre 1875 e 1895, através de mudanças técnicas nas operações mineiras, que culminou inclusive no colapso dos preços internacionais. Entre 1920 e 1970, teve início o desenvolvimento da mineração de estanho, fazendo da Bolívia um dos principais produtores do mundo. Na década

de 1990, descobriram-se reservas de gás que fizeram da Bolívia o segundo país com maior reserva do continente. Na década de 2000, as reservas de lítio aparecem como as maiores do mundo, o que incentivará, a partir dos próximos ciclos tecnológicos, uma inserção ainda maior do papel deste país na região e no mundo.

Entretanto, pode-se visualizar uma mudança nos dois períodos iniciais e no terceiro. Enquanto o ciclo da prata era controlado por investidores conhecidos como “os patriarcas da prata”; o ciclo do estanho, em mãos de investidores privados conhecidos pelos “barões do estanho”, o ciclo do gás, e principalmente o do lítio, configuram-se com a manutenção dos direitos de extração e produção por parte do Estado boliviano. Esta mudança significa uma inversão dos valores e divisas geradas pela mineração, uma vez que há, concomitantemente, uma transformação do papel do Estado boliviano na configuração de políticas econômicas e sociais. A resolução negociada dessa disputa ensejaria a solidez e a projeção histórica que a Bolívia nunca pode construir, devido ao caráter excludente da sua conformação e a sua persistente subordinação às forças externas. Para isso, uma ampla participação direta do Estado na propriedade, produção e industrialização do gás e do lítio, os mais importantes recursos naturais do país nas próximas décadas, será decisiva para dar rumo à economia de uma nação condenada até hoje a ser rica em recursos naturais e pobre no usufruto coletivo desses recursos.

2.3 - Geopolítica internacional da Bolívia

A partir do que foi exposto até o presente momento, o “heartland” sul-americano, nos termos da geopolítica clássica, reaparece na imagem da Bolívia, desta vez agregado de novos valores: no aspecto político, de busca de mudanças substanciais no modo como a sua soberania é exercida frente às disputas de poder em âmbito internacional; no aspecto cultural, no qual as demandas de povos milenares são incorporadas nas formulações de políticas públicas e suas demandas devem cada vez mais ser atendidas e levadas em consideração; no aspecto econômico, através de grandes reservas de gás e principalmente de lítio; no aspecto físico, no que tange a integração infraestrutural do subcontinente sul-americano, tendo a Bolívia um papel de vital importância, justamente por corresponder ao “coração continental” e espaço crucial para qualquer integração física plena para o desenvolvimento da região como um todo.

No caso boliviano e sul-americano em geral, é imprescindível a soberania e independência do poder econômico, associando poder e riqueza. A busca por uma relativa autarquia nacional e regional poderia ser uma alternativa, buscando ser menos dependente das suas relações exteriores com os grandes centros de poder, fomentando setores estratégicos da economia nacional/ regional e aumentando a sua influência internacional. Logicamente, esta mudança de postura política pode acarretar custos econômicos, como produtos mais caros, tarifas/impostos, subsídios, mas esse custo seria compensando pelas vantagens em termos de poder, de ensejar uma política estratégica insubordinada, que vise os anseios dos povos da região.

Mantendo o controle de recursos que são importantes para o funcionamento da economia através de um reposicionamento da questão fisiopolítica, onde o Estado, a partir do conteúdo dos recursos contidos em seu território, deve pensar a exploração como domínio político, a partir de um aspecto econômico sob o domínio dos seus recursos naturais, levando-se em consideração outros aspectos importantes no século XXI, como a questão ambiental, da sociedade civil e dos povos originários. Além disso, o Estado deveria utilizar seu poder para direcionar seus investimentos para controle de capitais e dominação de setores que fossem estratégicos, utilizando crédito, isenção fiscal, acordos técnicos, cooperação internacional.

É essencial, portanto, essa mudança de postura que se inicia na Bolívia, mas que deve ser transplantada para os demais países sul-americanos, uma vez que a integração regional visando diminuir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida da população deve ser ensejada a fim de que se revertam as correlações de poder atualmente existentes, e é somente através da reversão dessas correlações de poder que o desenvolvimento regional pode ser duradouro e sustentável, em um movimento que deve ser coordenado por todos os Estados da região conjuntamente para que seja viável. A política e o poder são elementos comuns nas relações sociais e internacionais, não se podendo dissociá-los; e no âmbito internacional, como não há harmonia de interesses, há sempre conflito pela busca do poder.

O poder ainda limita as escolhas de políticas externas dos Estados na sua busca por sobrevivência; caso tenha pouco poder, devem se aliar a outros Estados para garantir sua segurança. Logo, há uma balança de poder onde os países se defrontam com a escolha entre alinhar-se com os Estados mais fortes ou procurar contrabalançar o poder dos mais fortes por meio de coalizões. Atualmente, a Bolívia busca se integrar aos países sul-americanos a fim de contrabalançar o imperialismo norte-americano presente plenamente na região desde a instalação dos regimes militares. Este é um aspecto geopolítico importante, no qual a soberania e integração regionais visam modificar a balança de poder global em favor dos povos sul-americanos.

Atualmente, o embate político, econômico e ideológico na América do Sul se trava entre os Estados Unidos, como maior potência econômica, política, militar, tecnológica, cultural e de mídia do mundo; a crescente presença chinesa, com suas investidas para garantir acesso a recursos naturais, ao suprimento de alimentos e de suas exportações de manufaturas e que, para isto, procuram seduzir os países da América do Sul com propostas de acordos de livre comércio; e as políticas dos países da América do Sul, como Argentina, Brasil, Venezuela, Uruguai e Bolívia, que ainda possuem aspirações de desenvolvimento soberano e progressista, em nome das quais pretendem atingir níveis de desenvolvimento social elevado e que, para alcançar estes objetivos, a ação do Estado e da coletividade organizada é essencial e indispensável. Somam-se a este fato as relações sul-sul, que modificaram as relações internacionais e comerciais com os Estados Unidos e a Europa, abrindo novas janelas de oportunidade para a Bolívia e os países sul-americanos.

3. Conclusão

No começo do século XXI, mudanças significativas vêm ocorrendo na América como um todo, e em especial na Bolívia, que avança para um novo paradigma de socialismo comunitário sustentado, através de modificações nas suas instâncias político-institucionais, planejamento econômico soberano e relevância do papel indígena-ambiental.

Assim, trata-se de organizar a transição em dois trilhos simultâneos, o nacional e o regional. Em nível nacional é preciso desarticular o poder das transnacionais, organicamente articuladas com o poder econômico local, seja o tradicional oligárquico, seja o burguês moderno ou o especulativo. Em nível regional, revertendo a subordinação aos grandes centros de poder mundial pela via da integração, delegando maior representatividade na vida política regional aos seus próprios atores. Portanto, transitar pela mudança supõe enfrentar o poder local e mundial, não sendo um enfrentamento simples, tendo que

se assumir esse custo que requer gerar um consenso social em torno dessas transformações; é preciso construir um sujeito econômico para essa tarefa e a autoconsciência desse sujeito para a transição.

O objetivo explicitado pelo governo plurinacional é modificar a hegemonia na economia plural, o que supõe aplicar políticas favoráveis ao desenvolvimento do setor estatal, do comunitário e do social cooperativo. Sua concepção constitucional de economia plural evidencia a presença de distintas formas de organizar a economia, via empresa privada capitalista, pública estatal, comunitária e social cooperativa, podendo encarar processos mistos. A hegemonia atual na economia boliviana é a capitalista, mas a análise dos orçamentos públicos dos últimos anos, na gestão de Evo Morales, consiste numa tendência de crescimento do setor estatal, incursionando na criação e no fortalecimento de empresas públicas, tendo na necessidade de superar a primarização da economia – via industrialização dos recursos naturais e o desenvolvimento tecnológico – imprescindível passo para esse processo de emancipação.

Entretanto, em uma análise geral e ampla, não se pode desconsiderar que os grandes centros de poder tanto nacionais como internacionais buscarão frear tais movimentos em curso no país e na região, uma vez que vão na contra-mão de sua essência capitalista. Logo, deve-se considerar que aspectos ideológicos, políticos e econômicos contrastantes geram um conflito de interesses na região, que permeiam os debates acadêmicos e institucionais.

O mainstream econômico realiza diversos postulados que, para o funcionamento “saudável” da economia, deveriam ser seguidos e postos em prática em qualquer país do mundo. A primeira dessas concepções afirma que o principal obstáculo ao crescimento e ao desenvolvimento é a ação do Estado na economia, cuja ação direta através de empresas estatais, ou indireta, através de políticas tributárias e creditícias para estimular empresas consideradas estratégicas, distorceria as forças de mercado e prejudicaria a alocação eficiente de recursos. Nesta visão privatista e individualista, uma política de eliminação dos obstáculos ao comércio e à circulação de capitais; de não discriminação entre empresas nacionais e estrangeiras; de eliminação de reservas de mercado; de mínima regulamentação da atividade empresarial, inclusive financeira; e de privatização de empresas estatais conduziria a uma eficiente divisão internacional do trabalho em que todas as sociedades participariam em equidade e atingiriam os mais elevados níveis de crescimento e desenvolvimento.

Entretanto, esta visão da economia se fundamenta em premissas equivocadas e postuladas justamente pelos grandes centros de poder mundiais, que buscam manter seu status quo no sistema internacional, impedindo a ascensão de novos países ao patamar dos desenvolvidos. Utilizam o princípio de que todos os Estados partem de um mesmo nível de desenvolvimento, de que não há Estados mais e menos desenvolvidos; de que as empresas são todas iguais ou pelo menos muito semelhantes em dimensão de produção, de capacidade financeira e tecnológica e de que não são capazes de influir sobre os preços; de que há pleno acesso à tecnologia que pode ser adquirida livremente no mercado; de que todos os Estados, inclusive aqueles mais desenvolvidos, seguem e teriam seguido no passado esse tipo de políticas.

Os equívocos desta visão da economia são latentes e não é papel deste trabalho abordá-los, apenas apontá-los e desmistificá-los no contexto da Bolívia e da América do Sul, onde a sua superação não poderá ocorrer sem a ação do Estado, pela simples aplicação ingênua dos princípios do neoliberalismo, de liberdade absoluta para as empresas. Dada a realidade da economia mundial e de sua dinâmica, assim como a realidade das economias subdesenvolvidas, é essencial a ação do Estado para superar os três desafios que tem de enfrentar os países periféricos sul-americanos, ex-colônias, sendo algumas mais outras menos recentes, mas todas vítimas da exploração colonial direta ou indireta. Esses desafios são a redução

das disparidades sociais, a eliminação das vulnerabilidades externas e o pleno desenvolvimento de sua mão de obra, de seu capital e de seu potencial de recursos naturais.

Como a interdependência econômica entre países é assimétrica, uma vez que países diferentes requerem níveis distintos de recursos para sua economia advindas do exterior, a importância de internalizar recursos estratégicos a fim de que se possa construir uma independência político-econômico através do controle e diversificação dos fluxos é importante para o caso boliviano, onde a entrega pura e simples de recursos naturais ao mercado e empresas privadas ao longo da sua história não demonstrou ser o melhor caminho. Logo, é imprescindível a criação de entidades estatais para manutenção, extração, produção e comercialização dos recursos do país, assim como a participação em entidades que visem fortalecer a soberania nacional e a integração regional – sempre dialogando com a sociedade civil –, invertendo o histórico de subordinação internacional.

A iniciativa integracionista sul-americana poderia servir como elemento para mudança de alguns paradigmas das relações internacionais, onde a harmonia de interesses regionais deveria ser o ponto de partida para uma mudança da estrutura de poder mundial para a América do Sul, uma vez que essa união, quando sustentada por interesses internos, pode ser viável e desejada

REFERÊNCIAS

- BRUCKMANN, Monica. **Ou inventamos ou erramos: a nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico**. Dissertação de doutorado, UFF, 2011.
- CASTELO, Rodrigo (org). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- CASTRO, Therezinha de. **Nossa América: geopolítica comparada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1994.
- CHAVES, Daniel. **Bolívia: passos das revoluções**. Niterói: Muiraquitã, 2009.
- CHIAVENATO, Júlio José. **Geopolítica, arma do fascismo**. São Paulo: Global Ed., 1981.
- COUTO E SILVA, Golbery do. **Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo e a Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.
- FREITAS, Jorge Manuel de Costa. **A escola geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2004.
- GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de America Latina**. 1ªed. – Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.
- MELLO, Leonel Itaussu de Almeida. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: Edusp, 1999.
- OLIVEIRA, Lucas K.; GARCÍA, Tatiana de Souza L. **O conceito de Heartland na geopolítica clássica: funcionalidade e limites para a análise da Região central da America do Sul**. V Encontro Nacional da ANPPAS, Florianópolis, outubro 2010.
- PADULA, Raphael. **Infraestrutura, geopolítica e desenvolvimento na integração sul-americana – uma visão crítica à IRRSA**. Artigo do Laboratório de Estudos da América Latina, 2011.
- PFRIMER, Matheus Hoffmann; ROSEIRA, Antônio Marcos. **Transformações territoriais na Bolívia: um novo “triângulo estratégico”?**. In: **12º Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Montevideo, 2009.

- PINOCHET, Augusto. **Geopolítica de Chile**. Buenos Aires: El Cid, 1978.
- SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; MARTINS, Carlos Eduardo; NOBILE, Rodrigo (org.). **Latinoamericana - Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: Laboratório de Política Públicas da UERJ, 2006.
- SEVERO, Luciano Wexell. **A importância geopolítica da Bolívia e a integração da América do Sul**. Seminário de Pós-Graduação: Associação Brasileira de Relações Internacionais, Brasília, Julho de 2012.
- STROBELE-GREGOR, Juliana. **El proyecto estatal del litio en Bolivia: expectativas, desafíos y dilemas**. Nueva Sociedad, nº 244, marzo-abril de 2013.
- VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian (orgs.). **Governança global e integração da América do Sul**. Brasília: Ipea, 2011.
- WRIGHT, Lawrence. **Sonhos de lítio**. Ed. 45 - Revista piaui, Junho de 2010.